



*Handwritten signatures in blue ink.*

**ATA NÚMERO TREZE**

**ATA DA 5.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2020** -----

----- Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, pelas vinte e uma hora e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal da Maia na sua Quinta Sessão Ordinária, conforme edital de dois de dezembro de dois mil e vinte. Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia, António Gonçalves Bragança Fernandes. -----

----- A reunião decorreu em modalidade mista na sala D. Manuel I do edifício dos paços do concelho e por videoconferência, através da plataforma Zoom, nos termos do disposto na Lei que prevê as medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, concretamente conforme o previsto no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, e suas alterações subsequentes, conforme convocada pelo seu Presidente, António Gonçalves Bragança Fernandes com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Período de Antes da Ordem do Dia;** -----
- 2. Período de Intervenção do Público;** -----
- 3. Período da Ordem do dia:** -----
  - 3.1 Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal;** -----
  - 3.2 Aprovação das Grandes Opções do Plano 2021 Câmara – Orçamento e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro 2021;** -----
  - 3.3 PPI, PAM e Orçamento 2021 SMAS;** -----
  - 3.4 Instrumentos de Gestão Previsional 2021 – Maiambiente;** -----
  - 3.5 Plano de Atividades e Orçamento 2021 e Plano para o Triénio 2022-2024 EMEM;** -----
  - 3.6 Espaço Municipal - Plano de Atividades e Orçamento 2021;** -----
  - 3.7 Fundação do Conservatório de Música da Maia Plano e Orçamento 2021;** -----
  - 3.8 Reajustamento do Apuramento da Dívida Bruta efetuada no Relatório de Gestão 2019, apresentado em maio 2020 relativo às entidades: Fundação do Desporto, Fundação da Juventude, Fundação de Serralves e APCT - Associação Parque de Ciência e Tecnologia da Maia;** -----
  - 3.9 Autorização Prévia da AM e Delegação de Competências na Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso;** -----



**3.10 Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M. – Relatório e Contas referente ao 1.º semestre de 2020 - para conhecimento; -----**

**3.11 Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M. – Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais – 1.º semestre de; -----**

**3.12 Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M. - relatório trimestral de execução orçamental 2.º trimestre de 2020; -----**

**3.13 Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M. - relatório trimestral de execução orçamental 3.º trimestre de 2020; -----**

**3.14 Descentralização de competências - recusa de transferência de competências para os municípios, no domínio da Educação, da Saúde e da Ação Social, para o ano de 2021 - (alínea k) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro);**

**3.15 Descentralização de competências para as Autarquias Locais - deliberação de não atribuição de acordo favorável à transferência de competências para a AMP para o ano de 2021, das competências nas áreas de educação, saúde e ação social;**

**3.16 Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - Alteração do mapa de pessoal 2021; -----**

**3.17 Postura de trânsito na Rua Isolino Domingues da Silva com a Via Lidador, freguesia de Vila Nova da Telha; -----**

**3.18 Plano de ação para a energia sustentável da Maia; -----**

**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES**, deu início aos trabalhos com uma saudação a todos os presentes na reunião e de seguida deu nota dos seguintes pedidos de substituição: o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia do Castelo da Maia Manuel Moreira Azenha, foi substituído pelo membro do Executivo, Daniel Jorge Coelho Monteiro (documento **um**), e o Senhor Deputado Francisco José Couto e Silva foi substituído pela Senhora Maria de Fátima Rodrigues da Silva (documento **dois**). -----

**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES** informou os cidadãos interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, que o poderiam fazer, após o preenchimento em impresso próprio, lembrando que não poderiam intervir por um tempo superior a cinco minutos. De seguida, abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, solicitando que se houvesse documentos para serem submetidos a votação, os mesmos deveriam dar entrada na Mesa, para que esta se pudesse organizar. -----



**1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo art.º 41 do Regimento da Assembleia Municipal:** -----

----- Inscreveram-se e tomaram a palavra os(as) senhores(as) Deputados(as): -----

**MARIA MANUEL DA SILVA RAMOS**, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o numero **três**. -----

**MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES DA SILVA** após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o numero **quatro**. -----

**ALBERTO CARLOS PIRES DOS REIS E SANTOS**, após cumprimentar os presentes, leu o documento identificado com o número **cinco**. -----

**MANUEL ALFREDO DA ROCHA MAIA** após cumprimentar todos os presentes, leu os documentos identificados com os números **seis e sete**. -----

**MANUEL CRISTOVÃO MANUEL CRISTOVÃO SÁ PIMENTA**, após cumprimentar os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo, que por economia de tempo, havia um conjunto de perguntas dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara, que iria entregar à Mesa, para depois a Mesa as encaminhar ao Senhor Presidente da Câmara. Desse conjunto de perguntas destacou a que tinha a ver com os testes ao Covid 19, sendo as outras sobre o Atendimento Público (aos munícipes e outros) e a terceira sobre o Aeroporto Sá Carneiro (documentos identificados com os números de **oito a onze**). Leu de seguida o documento identificado com o número **doze**. -----

**HÉLDER TIAGO FERREIRA QUINTAS DE OLIVEIRA**, após cumprimentar os presentes, leu o documento identificado com o número **treze**. -----

**PEDRO MIGUEL MACHADO MARQUES**, após cumprimentar os presentes, leu o documento identificado com o número **catorze**. -----

**JOAQUIM SILVA AZEVEDO SOUSA**, após cumprimentar os presentes, leu o documento identificado com o número **quinze**. -----

**ÂNGELO MIGUEL COSTA AUGUSTO**, após cumprimentar os presentes, dirigiu-se a todos dizendo que iria fazer uma curta intervenção sobre o vinte e cinco de novembro de mil novecentos e setenta e cinco, dia que marcou o início do triunfo da revolução democrática sobre a marcha revolucionária que ameaçava o Estado de Direito. Continuou referindo que depois de tantos anos de uma ditadura de direita, o povo português mostrou não estar disposto a experimentar uma ditadura de esquerda, colocando um ponto final ao processo revolucionário em curso. As motivações de abril de 74, em manter a ordem pública, defender a soberania nacional, mas, sobretudo



MA  
J  
MA

garantir uma democracia pluralista, naturalizaram-se apenas depois de 25 de novembro de 1975, reconhecendo-se que nesse dia, sem o esforço dos militares, entre eles Jaime Neves e Ramalho Eanes, apoiados pelos partidos democráticos que arriscaram as suas vidas nos combates desse dia, a democracia dificilmente seria a realidade conhecida. Esta efeméride era digna de evocação dos seus verdadeiros heróis, cuja história e memória, importava preservar e assinalar em defesa da verdade e da liberdade. Disse caber aos eleitos democraticamente pelo povo fazer com que esta verdade prevaleça sempre. Na Maia orgulhavam-se da nossa gente, terra e valores e, por isso assinalavam também ali na casa de todos maiatos o verdadeiro dia da Liberdade. -----

----- Prestou esclarecimentos o **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO**, que após cumprimentar todos os presentes disse que era com enorme satisfação que estava ali para responder e esclarecer algumas das questões que foram levantadas pelos Senhores Deputados. Relativamente aos parquímetros, o que estava decidido pela empresa de estacionamento era que, durante o mês de dezembro, esses lugares de estacionamento pagos estariam isentos. Se tinha havido algum desacerto, foi no início, tinha sido só um caso, que foi colocado nas redes sociais e depois, amplificado exponencialmente e, entretanto, o assunto chegou a esta Assembleia. O conhecimento que tinha era de ser um caso. Quanto à iluminação de Natal, disse ser a iluminação de Natal das mais baratas à volta da Maia, embora a Maia tivesse condições económicas e financeiras para ser das maiores, mas como não andava a reboque de exaltações nem de agradecimentos de quem quer que fosse. Referiu que fizeram aquilo que se devia fazer, que foi colocar uma pequena iluminação nas árvores de Natal com uma prenda, em cada uma das dez freguesias do Concelho. Disse ter almoçado com os dez Presidentes das Juntas e eles agradeceram a atenção da Câmara, e até concluíram que as árvores que foram colocadas nas freguesias, podiam ter sido um bocadinho maiores. Concordou que deviam ter sido um bocadinho mais generosos na escolha. No centro da cidade, aquilo que se fez todos conheciam, foi embelezar um bocadinho a Praça Doutor José Vieira de Carvalho, a Praça do Município, para que todas as crianças e as famílias do Concelho pudessem ir ali visitar o Mercadinho de Natal, com artesãos do Concelho e pudessem desfrutar dentro do possível e dentro das regras sanitárias que eram impostas pudessem arejar um



bocadinho e respirar. Disse também ter sido isso que foi feito nos arruamentos. O custo dessas iluminações era muito semelhante ao do ano passado e, portanto, era o registo normal. Deu nota que também iria haver animação musical, alguns artistas para animar os arruamentos e as praças, não sendo nada de extraordinário. Depois quanto aos incentivos do comércio local, pedia que as pessoas tivessem um bocadinho de recato e gostaria mais que falassem daquilo que eram merecedores, que falassem com verdade e com rigor. Disse que o Senhor Deputado Pedro Miguel Machado Marques, tinha relatado duma forma exaustiva e verdadeira, aquilo que esta Câmara Municipal, com a ajuda de todas as Juntas de Freguesia e as Instituições que faziam parte deste Município fizeram, quer na primeira vaga, e estavam a fazer na segunda vaga, isso era que era importante. O que se tinha feito quer em março, quer em abril, quer em maio quer em junho e estavam a continuar a fazer, porque era esse o dever do Município, mas não andavam em grandes parangonas a dizê-lo, porque como dizia o Doutor Vieira de Carvalho, há muitos anos, a solidariedade não se apregoava, praticava-se e, portanto, partilhando dessa visão e dessa opinião, aquilo que deviam fazer, todos os dias era ajudar a resolver os problemas, ajudar os mais necessitados, os mais frágeis, sem andarem por aí de bandeiras ao alto. Soluções que são necessárias atacar, mas sem andar a apregoar pois isso fica mal, tirando-nos a dignidade de ajudar os mais necessitados e os mais frágeis. Prosseguiu, dizendo que já delinearam e já tinham em prática um pacote de medidas para esta segunda vaga da pandemia, para toda a vertente sanitária e estavam a preparar com calma e com rigor, um pacote de medidas socioeconómicas, como fizeram na primeira vaga. Disse que gostava que a Senhora Deputada da Coligação "Um Novo Começo" deveria ter memória e começar por dizer aquilo que já se fizeram de bom, que foi muito superior àquilo que os outros fizeram, desde reduzir as tarifas da água e saneamento, de resíduos sólidos e que por isso deixaram de receber mais de um milhão de euros, também baixaram e isentaram a derrama para as micro e pequenas empresas, até um volume de negócios de cento e cinquenta mil euros/ano, tendo abdicado em 2019. Saliu a dizer que gostava que dissessem e não andarem a fazer propaganda à Câmara de Matosinhos ou à Câmara de Gaia, dado que eram muito melhores do que essas duas Câmaras que tinham sido citadas. A Câmara Municipal da Maia não tinha nada para se envergonhar relativamente a essas Câmaras e a todas as outras. Mais salientou que o Senhor Deputado Pedro Miguel Machado Marques também tinha



referido o nível de incidência de casos e eram, felizmente, o Município que tinha o menor número de casos da COVID-19 do distrito do Porto. Referiu que isso era que devia de ser valorizado pelos Senhores Deputados, quaisquer que eles fossem, porque isso eram as verdades. Referiu a intervenção do Senhor Deputado Alberto Carlos Pires dos Reis e Santos, agradecendo as palavras que ele trouxe ali, sobre a educação. Deu nota que o Senhor Deputado Manuel Alfredo da Rocha Maia tinha falado na Rua Serafim Cruz, informando que a Infraestruturas de Portugal estava a ultimar uma passagem superior pedonal, como já tinha referido noutras Assembleias. Essa passagem superior pedonal estava prevista há mais de seis anos, quando a Câmara Municipal da Maia a finalizou juntamente com as Infraestruturas de Portugal, o projeto da variante à EN14 que, como saberiam, era uma ambição dos maiatos, nomeadamente dos castelenses, há mais de trinta anos, e portanto, aquilo que gostaria de ouvir ali era que ao fim destes trinta anos, estavam a conseguir realizar esta variante que se iria prolongar até Famalicão. O concurso público estava lançado e os grandes artífices de tudo isso, para além do Ministério das Infraestruturas, eram os Presidentes de Câmara e os Executivos do município de Famalicão, da Trofa e da Maia. Agora estava a acontecer, porque tinham sido capazes de se fazerem ouvir junto de quem de direito. A obra, o troço da Maia estava quase pronto até à Via Diagonal e iria ser inaugurado proximamente, quando a passagem superior pedonal estivesse pronta, tendo sido esse o compromisso que assumiu perante a Assembleia e perante o Governo e iria ser inaugurada em 2021. A última fase iria ser concretizada, demorando mais de um ano. Seria uma obra que rondaria os trinta e dois milhões de euros, portanto, seria uma obra que iria demorar seguramente, cerca de dois anos. Relativamente sobre a Ponte do Pinto era verdade que estava fechada, há mais de um ano. Em dezembro do ano passado, houveram grandes intempéries que provocaram desacertos vários, recordando que já haviam mandado fazer o projeto da Ponte do Pinto e da Ponte do Arco, já lançaram o concurso público para arranjar essas duas pontes de granito. As duas intervenções iriam custar cerca de trezentos mil euros e as obras iriam começar no início do próximo ano. Continuou dizendo que gostaria também de informar a Assembleia e o Senhor Deputado Manuel Alfredo Rocha Maia, que arranjam o viaduto na Avenida Engenheiro Belmiro de Azevedo no Castelo, onde passava o metro por baixo, com um custo de duzentos e cinquenta e três mil. Arranjaram outro viaduto na Rua do Souto, na Cidade da Maia, onde



gastaram cerca de cento e trinta mil euros para arranjar o Viaduto Sérvulo e que servia o Ecocaminho. Preparavam-se para arranjar os viadutos em Pedrouços onde passava a Via de Cintura Interna, perto da linha da Circunvalação de Leixões. Referiu também que iriam intervir nesse viaduto, tendo já o projeto pronto e iriam também intervir num viaduto idêntico, na Gandra, onde também passava a linha da Circunvalação de Leixões, alargando os passeios e melhorando a circulação pedonal. Disse também que iriam lançar esse concurso, em conjunto com os dois viadutos. Deu nota de uma outra intervenção no ramal de acesso rodoviário ao Maiashopping em Águas Santas, onde tiveram um desacerto, com um muro de suporte que desabou e sofreu uma rutura. O nó nesse ramal de acesso ao Maiashopping cedeu e iriam fazê-lo com a ajuda da Sonae, embora a Sonae não tivesse responsabilidade nenhuma, mas tinha sido ela, que há mais de vinte anos, tinha feito estas obras rodoviárias e entregou depois ao domínio municipal. Disse ter pedido uma reunião com a Sonae e esta se disponibilizou a pagar cem mil euros, que seria metade do custo total da intervenção no valor de duzentos mil. Mais deu nota que na Travessa Dr. António dos Santos estava a ser feita uma intervenção concertada com a Junta de Freguesia de Águas Santas, a pedido da mesma, porque haviam moradores que não conseguiam sair das suas casas com o carro, pois estavam carros estacionados. A rua tinha dois sentidos, havendo ali um conflito. Infelizmente, nesse momento não iria ser possível tirar os dois sentidos, porque o prejuízo e contratempo era muito, mas aquilo que se fez, foi prolongar uma linha contínua amarela já existente num dos lados para que, o estacionamento não entrasse em conflito com as entradas e as saídas dos veículos para umas quantas casas. Aquilo que a Câmara fez e que trouxe ali à Assembleia foi no fundo ir ao encontro dessa necessidade. Isso provocava algum desacerto a outras pessoas, mas seria a melhor situação pois a outra que existia, impossibilitava as pessoas de saírem de casa ou de entrarem com a sua viatura para as suas garagens. Disse saber que uns quantos moradores que viviam lá escreveram para a Câmara, escreveram para a Junta de Freguesia, mas aquilo que sugeriam que era pôr a rua num só sentido, disse não ser possível. De qualquer modo, deu nota que tinha pedido aos serviços técnicos, para irem de novo ao local e tentarem encontrar uma bolsa de estacionamento na proximidade para que as pessoas que precisavam de estacionar o pudessem fazer. Aqueles que queriam carregar ou descarregar coisas para suas casas, poderiam carregar porque isso não estava proibido. Podiam parar para carregar



ou descarregar ou mercadorias ou haveres, para as suas casas. Em relação às questões do Senhor Deputado Manuel Cristóvão Martins de Sá Pimenta, iria aguardar que o Senhor Presidente da Assembleia as remetesse, para as analisar e responderia. Felicitou ainda o Senhor Deputado Hélder Tiago Quintas de Oliveira pelos Votos de Louvor apresentados, o Senhor Deputado Pedro Miguel Machado Marques, pela intervenção que fez muito exaustiva e muito clara e o Senhor Deputado Ângelo Miguel Costa Augusto que tinha falado e muito bem sobre o 25 de novembro. Mais felicitou o Senhor Presidente da Junta de Vila Nova da Telha que, de uma forma honesta e verdadeira, trouxe ali um punhado de realizações que a Câmara, juntamente com a Junta vinham fazendo e iam continuar a fazer, quer na freguesia de Vila Nova da Telha quer nas restantes outras nove freguesias que compunham o concelho da Maia. Terminou dizendo que os Senhores Presidentes de Junta podiam estar certos e seguros que a presidência da Câmara da Maia tudo iria fazer para concretizar as ambições de cada Presidente de Junta que também eram as suas. ----

----- Foi colocada a votação a admissão da moção de protesto do BE: "**Estatuto do Direito de Oposição**" apresentado como documento número **três**, que foi admitida por **unanimidade**. -----

----- Inscreveu-se para discussão o Deputado **ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** que depois de apresentar votos de condolências à Senhora Deputada Maria Clara da Costa Lemos em nome da Coligação "Maia em Primeiro" pelo falecimento da sua mãe, afirmou que a Coligação iria votar contra este voto de protesto. Considerando que o Bloco de Esquerda tinha a condição necessária para formular este voto de protesto nesta Assembleia Municipal e essa condição necessária seria o facto, da Câmara Municipal, aqui representada pelo Senhor Presidente não ter cumprido as formalidades que decorriam de uma lei de 1998 e que se referia ao estatuto direito de oposição. Como cumpria a questão necessária, utilizaria esta fase de discussão, para pedir ao Senhor Presidente da Câmara que apesar de a lei ser de 1998 e ser a primeira vez que estariam a votar um voto de protesto sobre esta matéria, que também nesta matéria fizesse um esforço e desse às forças políticas não representadas no Executivo Municipal a possibilidade de contribuírem ativamente na feitura do orçamento para o Município, endereçando-lhes, em tempo oportuno, um convite para fazer chegar ao seu gabinete as suas propostas, se as tivessem. Dirigindo-se ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda disse que este cumpria a



condição necessária, mas não cumpria a condição suficiente para que a Coligação “Maia em Primeiro” aprovasse o seu voto de protesto, porque se o Bloco de Esquerda tivesse despendido a energia que despendeu a formular este voto de protesto, fazendo chegar por exemplo, a esta Assembleia Municipal as suas sugestões para que elas fossem remetidas ao Executivo Municipal, e tal como todos os Senhores Deputados presentes na sala tinham obrigação de conhecer os timings da produção de um orçamento, se o tivessem feito e se a Câmara Municipal não tivesse acolhido e recebido as suas pretensões, aí sim, teriam as condições necessárias e suficientes para que a Coligação “Maia em Primeiro” aprovasse o protesto. Assim sendo e como não tinham, votavam contra. -----

----- Tomou a palavra o Senhor Deputado **MANUEL ALFREDO DA ROCHA MAIA** dirigindo-se especialmente ao Bloco de Esquerda, dizendo que a CDU apoiava, naturalmente esta moção. Em relação à intervenção do Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva disse que ainda bem que tinha colocado essa questão, porque todos os anos era a mesma ladainha, no sentido de denunciar a falta de auscultação prévia pelo Senhor Presidente da Câmara, que de facto, tinha esse dever para a elaboração destes documentos. Afirmou que estimava muito o esforço que fazia ao pedir ao Senhor Presidente que de futuro tivesse a bondade de convidar os grupos municipais sem representação na Vereação a apresentarem as suas propostas, mas a verdade era que esse pedido já vinha tarde, porque como vinha sendo referido, sessão após sessão, sempre que se discutia o plano de atividades e o orçamento. Finalizou, referindo que votariam a favor. -----

----- A Mesa antes de dar início à votação, associou-se ao Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, endereçando também os sentimentos para toda a família da Senhora Deputada Maria Clara da Costa Lemos. -----

----- Tomou da palavra o senhor deputado **MANUEL CRISTOVÃO MARTINS DE SÁ PIMENTA** dizendo que registava com muito agrado, a intervenção do Senhor deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, mas era necessário pontuar algumas coisas. A primeira era de que entraram no quarto ano de mandato e com certeza estava recordado que o Bloco de Esquerda. em sede da discussão do plano e orçamento que concretizava as suas propostas, de acordo com a proposta política do Bloco de Esquerda e fazia-o, reiteradamente e esperando que havia de chegar o momento em que o Executivo acolhesse algumas das sugestões, o que não tinha



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and a smaller one below it.

vindo a acontecer. A intervenção do Senhor Deputado da Coligação “Maia em Primeiro” não estava correta, e disse, a questão não era ser só sobre o orçamento ou sobre o plano de orçamento, era sobre tudo o que interessava efetivamente ao Município. Disse ainda que no último ponto da ordem de trabalhos era apresentado um documento para conhecimento com significado estratégico importante, onde, naturalmente todas as forças políticas deveriam ter sido ouvidas. -----

----- Colocada a votação a moção do Bloco de Esquerda: **“Estatuto do Direito de Oposição”**, a mesma foi **rejeitada por maioria, com vinte e dois (22) votos contra da Coligação “Maia em Primeiro” e três (3) abstenções dos Presidentes de Junta de Milheirós, Águas Santas e Vila Nova da Telha; dezoito (18) votos a favor, sendo treze (13) da Coligação “Um Novo Começo”, dois (2) da CDU, dois (2) 2 do BE e uma (1) da Senhora Deputada Maria Clara da Costa Lemos.** -----

----- Colocada a votação a admissão da Moção da CDU: **“Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade”**, apresentado como documento número seis, foi admitida por unanimidade. -----

----- Inscreveu-se para discussão o **Senhor Deputado MANUEL ALFREDO DA ROCHA MAIA** dizendo não ser uma intervenção, mas sim um esclarecimento relativamente ao significado desta Moção, designadamente na parte deliberativa porque, de facto, o suplemento estava estabelecido em 15% nos termos da lei do orçamento e o que esta lei fazia era remeter para os Executivos Municipais as funções a atribuir a este suplemento e nesta proposta, o que se fazia era propor o reconhecimento ao conjunto dos trabalhadores envolvidos neste tipo de tarefas à atribuição deste suplemento. ---

Tomou a palavra o Senhor Deputado **ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** que cumprimentou a CDU pelo meritório trabalho que teve, para que o Orçamento do Estado finalmente incluísse um mecanismo que permitisse premiar os funcionários das autarquias locais que desempenhavam tarefas, na maior parte delas, eram as tarefas mais mal remuneradas da função pública e eram aquelas que, de facto, comportavam riscos para a sua saúde, mas que eram fundamentais para a qualidade de vida de todos os Municípios. Cumprimentava a CDU pelo facto de finalmente, ter conseguido a sua ambição absolutamente legítima e que ali aprovaram, apesar de não terem competência para a matéria como sabiamente foi referido pelo Senhor Deputado Manuel Alfredo da Rocha Maia, mas na proposta era defendida a retroatividade a 2021, que acreditava estar prevista, que não era uma



retroatividade e, portanto, queria que este subsídio se aplicasse em 2021, que era o que no Orçamento de Estado estaria definido, estando também definidos os timings deste pagamento que deveriam ocorrer no primeiro semestre. Disse que do seu ponto de vista, não devia esta Assembleia Municipal imiscuir-se numa matéria que era da responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal e que teria que ser ela própria, após a publicação do decreto-lei, a detalhar toda esta matéria, e após a publicação desse decreto-lei, remeter para legislar internamente e definir quais seriam os critérios e quais seriam as implicações orçamentais dessa mesma atribuição. A Coligação “Maia em Primeiro” iria votar contra a sua proposta, aguardando que a Câmara Municipal fizesse o seu trabalho, tendo a certeza que o Senhor Deputado estaria atento sobre esta matéria e se a Câmara não andasse de encontro às suas ambições e às ambições já sufragadas pela Assembleia Municipal tinha a certeza que o Senhor Deputado Manuel Alfredo da Rocha Maia, iria tratar novamente o assunto. -

----- O Senhor Deputado **MANUEL ALFREDO DA ROCHA MAIA** agradeceu os cumprimentos e reparos do Senhor Deputado **ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA**, chamando a atenção para o facto das palavras valerem o que valiam, pois o que ali se tratava era de uma recomendação. Uma recomendação tinha a força que tinha, não era imperativa e tendo em conta esta circunstância de natureza semântica, e também política, apelava para que a Coligação “Maia em Primeiro” revisse a sua posição. -----

----- Colocada a votação a Moção **“Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade”** foi **rejeitada por maioria com vinte e dois (22) votos contra da Coligação “Maia em Primeiro” e três (3) abstenções dos Presidentes de Junta de Milheirós, Águas Santas e Vila Nova da Telha; dezoito (18) votos a favor, sendo treze (13) da Coligação “Um Novo Começo”, dois (2) da CDU, dois (2) do BE e um (1) da Senhora Deputada Maria Clara da Costa Lemos.** -----

----- Colocada a votação a admissão a **Proposta de Recomendação** do BE intitulada **“Medidas de Emergência de Resposta à Crise Humanitária” (documento doze)** foi admitida por **unanimidade.** -----

----- Inscreveram-se os Deputados: -----  
**MANUEL CRISTOVÃO MARTINS DE SÁ PIMENTA**, deu nota que não iria ler o documento, só iria referir que na parte preambular em que diziam que para além das decisões centradas no reforço das estruturas físicas e humanas, da informação



trimestral do Senhor Presidente da Câmara e que ali foram reforçadas pelo Senhor Deputado Pedro Miguel Machado Marques, devia também haver a preocupação de serem tomadas medidas com impacto económico-social. Ouviram do Senhor Presidente da Câmara que de facto estavam a ser estudadas, e este documento era uma proposta de recomendação que utilizando a mesma argumentação do Senhor Deputado Manuel Alfredo da Rocha Maia, esperavam que o Executivo olhasse para este elenco de propostas e se não as pudesse aplicar a todas, pelo menos, implementasse as medidas que estavam no documento em posse da Mesa e, com certeza, seriam remetidas ao Senhor Presidente da Câmara. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** referiu que a Proposta de Recomendação do Bloco de Esquerda deveria ter sido apresentada no período de antes da ordem do dia, mas não o incomodava nada que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal o tivesse autorizado fora de ordem. Deu nota que correndo o risco de ter lido mal o documento que lhe foi presente, este não carecia de nenhuma votação dessa Assembleia Municipal. O Bloco de Esquerda recomendava ao Executivo, entre outras coisas, que implementasse algumas medidas e tinha toda a legitimidade para o fazer, mas continuava sem perceber o que estavam ali a fazer naquele momento. Continuou dizendo ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda que apresentava ali uma série de medidas, algumas com as quais concordava, outras nem por isso, mas se esse documento fosse suscetível de uma aprovação por parte da Coligação “Maia em Primeiro”, teria que ser mais do que uma curta súmula de problemas e de soluções, dizendo ser um documento demasiado exíguo, que lhe parecia ser uma pretensão do Bloco de Esquerda de na Assembleia, querer transmitir ao Senhor Presidente da Câmara o que pensavam sobre medidas económicas de apoio à pandemia. Afirmou não ser um documento que merecesse por parte da Coligação “Maia em Primeiro”, a aprovação da globalidade do documento que lhes era presente. -----

**MANUEL CRISTOVÃO MARTINS DE SÁ PIMENTA** interveio, afirmando que não era o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda que apresentava esta proposta, mas sim o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, dado que discutiam estes documentos no coletivo. Mais salientou ao Senhor Deputado da Coligação “Maia em Primeiro” que eram “presos por terem cão e por não ter”, já que estavam perante um conjunto de propostas objetivas sob proposta de recomendação, e só isso. -----



*BR*  
*da*  
*BR*

----- Colocada a votação a **Proposta de Recomendação** do Bloco de Esquerda foi **rejeitada por maioria, sendo vinte e quatro (24) votos contra da Coligação “Maia em Primeiro”, dos Presidentes da Junta de Freguesia de Milheirós e Vila Nova da Telha; (uma) 1 abstenção do Presidente de Junta de Águas Santas; registaram-se catorze (14) votos a favor, sendo treze (13) da Coligação “Um Novo Começo” e uma (1) da Senhora Deputada Maria Clara da Costa Lemos.** -----

----- Colocada a votação a atribuição do Voto de Louvor **“Escola Amiga da Criança”** apresentada pela Coligação “Maia em Primeiro”, foi **admitida por unanimidade.** -----

----- Inscreveu-se o Senhor Deputado **RUI LEANDRO ALVES DA COSTA MAIA** que depois de cumprimentar todos, salientou que tudo o que fosse para valorizar o trabalho de quem fazia pela comunidade e pela Maia, tinha o apreço da Coligação “Um Novo Começo”, alargando também aos outros votos de louvor ali apresentados. Chamou a atenção que os documentos chegaram em cima da hora, não tendo tempo para os ler devidamente, e que o procedimento fosse sempre o mesmo. Mais acrescentou que este reconhecimento devia ser a todo o país, e a Maia, devia tentar ultrapassar a taxa de analfabetismo. Salientou que este Voto de Louvor deveria chegar aos intervenientes, pedindo que fosse feito o mesmo com as moções que a Coligação “Um Novo Começo” já tinha apresentado e que nunca tinham chegado a quem de direito. -----

----- Colocada a votação, o Voto de Louvor foi **aprovado por unanimidade.** -----

----- Colocada a votação a proposta de atribuição do **“Voto de Louvor à Equipa de Seniores Femininos do Núcleo Desportivo de Santa Joana”** foi admitida por **unanimidade.** Não se verificaram inscrições. O Voto de Louvor foi **aprovado por unanimidade.** -----

----- Colocada a votação a proposta de atribuição do Voto de Louvor à **“Associação Desportiva Wulin”** foi admitida por **unanimidade.** Não se verificaram inscrições. O Voto de Louvor foi **aprovado por unanimidade.** -----

## **2. Período de Intervenção do Público:** -----

----- Inscreveu-se o munícipe André Pedro de Almeida, mas prescindiu do uso da palavra por já ter ficado esclarecido no período de antes da ordem do dia. -----

----- De seguida entrou-se no Período da Ordem do Dia: -----

## **3 Período da Ordem do dia:** -----

### **3.1 Informação do presidente da Câmara acerca da atividade Municipal:** -----



----- Inscreveu-se e usaram da palavra os(as) Senhores (as) Deputados (as): -----

**CARLA SUSANA FERNANDES RIBEIRO**, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o numero **dezasseis**. -----

**MARIA DE FÁTIMA SILVA** disse que a informação do Senhor Presidente da Câmara, apesar de ser apresentada à Assembleia para conhecimento, merecia uns breves apontamentos acerca de alguns pontos. Ponto um, sobre o rio Leça ficaram satisfeitos e faziam questão de assinalar, que o Executivo e a sua Vereadora do Ambiente, poucos dias após a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda ali na Assembleia, na sua sessão de 28 de setembro, que tinha sido aprovada por unanimidade, tivessem vindo para a praça pública, salientar o trabalho que a Câmara tinha vindo a realizar sobre esta realidade ambiental. Realçaram o facto de terem contribuído de forma decisiva para um olhar diferente sobre o rio Leça. Naquela moção salientavam saber da necessidade de intervenção sobre a gestão da água em toda a sua plenitude, de forma a eliminar todos os focos de poluição, apelando então que fosse solicitada à Agência Portuguesa do Ambiente a elaboração de um plano específico de gestão da água do rio Leça, em colaboração estreita com os municípios de Maia, Matosinhos, Valongo e Santo Tirso e ainda com a Área Metropolitana do Porto. Contudo, na informação apresentada pelo Senhor Presidente, nada era dito sobre esta valência de intervenção na bacia hidrográfica do rio Leça. Ponto dois, sobre a Covid 19, lamentava não ter sido facultada informação sobre a situação epidemiológica no concelho da Maia, como, por exemplo, a incidência cumulativa e o número de óbitos desde um de julho. Também achava que seria útil conhecer a respetiva distribuição etária e quais os focos de proliferação pois com esta informação a Assembleia teria condições para avaliar o conjunto de medidas tomadas ou a tomar como estava anunciado. Continuou dizendo que a informação era rica no anúncio das estruturas físicas e humanas de suporte ao seu funcionamento, mas nada era dito sobre as respostas concretas que o Município tinha e devia dar às populações em torno medidas sociais de que seriam as primeiras beneficiadas. Ponto três, sobre a novela dos tribunais, disse que a informação trimestral tinha como objetivo, a apresentação da atividade normal da Câmara, no entanto, na informação que lhes fora fornecida e apresentada, um documento que nada contribuía para a verdade sobre o fundamental da questão, tinham passado da judicialização da política, como tinham acusado, transformado em politização da justiça, salientando que o Senhor Presidente da Câmara, se tinha



servido da função que exercia, para ter divulgado até à exaustão, as várias decisões dos tribunais, com a sua leitura pessoal dos factos, envolvendo o Executivo nesta sua posição pessoal, escandalosamente tudo à custa do erário público. -----

**MANUEL JOAQUIM MEIRELES** tomou a palavra dizendo que a sua intervenção neste ponto poderia ser noutra porque as atrocidades proliferavam nesta ordem de trabalhos, só comparado ao Estado Novo em que esta informação acerca da atividade municipal nada dizia para além do ímpio à democracia: constatavam que mais uma vez, a Mesa da Assembleia corroborava com a publicidade gratuita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, bastando para tanto, verificar o conteúdo do mesmo ponto de agenda, ao permitir difundir neste fórum o seu atrevimento sobre a decisão judicial que nada tinha a haver com os preceitos regulamentares, definidos na alínea c) do número dois do artigo quinto do Regimento. Mais deu nota que tinha sido permitido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, sem qualquer decência opinar a esta Assembleia, sobre a decisão a seu favor do Supremo Tribunal Administrativo, provocando pelos autores da demanda e os seus pares à Coligação “Um Novo Começo”, nomeadamente a referência ao Partido Socialista em termos injuriosos tais como “mãos por detrás do arbusto”. Perguntava à Mesa da Assembleia Municipal qual o enquadramento legal para serem permitidas estas provocações, não sendo de estranhar esta reiterada pergunta, desde logo porque o cidadão António Domingos da Silva Tiago, duas vezes condenado e uma vez absolvido sobre o mesmo ilícito, ainda não transitado em julgado, não tinha tido o mesmo comportamento para com esta Assembleia relativamente às duas decisões judiciais anteriores sobre o mesmo assunto, e em que ambas ditaram o seu afastamento do poder, mancha que não iria poder nunca apagar nem outro juiz iria arquivar, nem a bênção do Senhor Presidente da República ocultaria este triste episódio que a história se encarregaria de registar para o futuro. Nesse sentido, queria deixar claro que o PS era um partido responsável, digno e respeitador da Constituição e das leis da República, repudiando por isso os atropelos à democracia e não iriam deixar que os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados fossem devassados por esta autocracia. Por último, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara que, em abono da transparência esclarecesse a Assembleia dos dinheiros públicos gastos pelo Município, relativamente aos honorários de advogados, propaganda porta a porta aos maiatos utilizando desmedidamente os diversos órgãos de comunicação social, para justificar



o injustificável, na tentativa de limpar os pecados cometidos na ruína da Tecmaia em detrimento de ajudar a minorar os diversos sectores económicos instalados na área do Município. -----

Prestou esclarecimento o **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO**, informando a Senhora Deputada Carla Susana Fernandes Ribeiro que as linhas do Metro estariam previstas e realizar-se-iam durante os próximos dez anos pela Metro do Porto, com o acolhimento do Governo português. Seriam as linhas do ISMAI até à Trofa, que era uma conquista que tinha orgulho por ter participado nela, e faria parte da futura rede de expansão do metro, como também faria parte, uma ambição que a Maia tinha relativamente à rede do metro, que era a linha a do Hospital de São João até à Maia e um dado novo, que nunca tinha sido colocado e que também foi conseguido incluir nesta rede de expansão que era a ligação da cidade da Maia a Moreira, à estação dos Verdes e aí a ligação ao Aeroporto. Portanto, desta rede, iriam fazer parte sete linhas, que tinham sido divulgadas quer pelo Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, o Professor Eduardo Vítor Rodrigues e também foram acolhidas pelo Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Energética. Deu nota terem sido enviadas também pelo Professor Eduardo Vítor Rodrigues para o Ministério do Ambiente, para se fazer o caminho necessário ao longo desses dez anos, pois seria um grande investimento de um ponto três mil milhões de euros, que não se podia fazer num ano, em dois ou em três e para se fazerem em dez, iria ser preciso fazer as coisas atempadamente, portanto, dizia ser a ambição do Município, conseguirem colocar esta rede e, portanto, deviam estar felizes e aguardarem. Disse que na informação que prestou, que as entidades e os responsáveis políticos desta década 2020/2030 seriam capazes de honrar e cumprir os compromissos. Disse esperar que a CDU como sempre fazia, e gostaria que continuassem a fazê-lo, a defender esses interesses, que era para isso que a CDU existia e estava na Assembleia Municipal para lutar por esses projetos, que eram de todos e que eram também os da Maia, eram os que interessavam aos maiatos. E portanto, não era só a linha de metro ISMAI-Trofa, como tinha dito a Senhora Deputada Carla Susana Fernandes Ribeiro. Quanto às medidas da Covid 19, aquilo que estava escrito na informação que fez chegar à Assembleia, não eram medidas avulsas, eram medidas muito concretas, muito profundas e articuladas com a ARS Norte e com a Segurança Social e também pela entidade de saúde pública municipal, que



estavam a por em prática, e todas as que forem necessárias ser acrescentadas, sê-lo-iam. Depois sobre o rio Leça, deu nota ser do conhecimento público este projeto, já vindo a ser trabalhado há anos. A criação de uma Associação de Municípios, especificamente dedicada a esta questão do rio Leça, não tinha surgido com a intervenção da Senhora Deputada, mas vinha sendo desenvolvida há anos e que agora tinha atingido o seu momento de maturação e de divulgação pública. Estaria próxima a realização da escritura dessa Associação, a APA, e seria uma parceira com mais ou menos dezassete entidades, parceiras públicas e privadas que iriam fazer parte do Conselho Geral desta Associação destes Municípios - Santo Tirso, Valongo, Maia e Matosinhos. Deveria ser divulgado e estavam a fazê-lo, a Câmara da Maia e a Câmara de Matosinhos já estavam mesmo no terreno, a realizar o projeto e a execução desse projeto, e uma parte ainda bem considerável seria paga pelos fundos comunitários, possivelmente para o próximo ano poderiam inaugurar esse primeiro troço entre a Ponte de Moreira, em Moreira, e a Ponte da Pedra em Leça do Balio, Matosinhos. Não era ficção, era a realidade e não foi porque o Bloco de Esquerda se lembrou de vir falar deste assunto, era um assunto já de há muitos anos. O município da Maia foi aquele que mais trabalhou para esse objetivo e convinha não esquecer, o município da Maia era o município pioneiro em construir estações de águas residuais, em construir estações de tratamento de lamas e ainda hoje, era o único município no país que tinha uma estação de tratamento de lamas. A ETAR e a estação de tratamento de lamas tinham sido inauguradas pelo antigo Presidente da República Doutor Mário Soares, portanto, eram coisas que tinham décadas e que tinha sido este Município e esta Câmara Municipal, bastava para isso ir visitar as instalações e viam as datas e as placas inaugurativas dessas obras. Referiu ainda que relativamente aos óbitos, que a Senhora Deputada tinha mencionado, a Câmara não tinha essa informação, porque a Administração Central não as conhecia, portanto, dispunham aquilo que era publicamente divulgado nos órgãos de comunicação social. Também referiu não concordar com a expressão de o fazer de uma forma escandalosa à custa do erário público. Não era verdade, só tinha informado a comunidade concelhia, duma atrocidade que lhe quiseram fazer e que tinha ganho, nos tribunais, que eram entidades e instâncias isentas e exemplares. -----

### 3.2 **Aprovação das Grandes Opções do Plano 2021 Câmara – Orçamento e documentos Previsionais do Município para o ano financeiro 2021: -----**



*[Handwritten signature in blue ink]*  
*[Handwritten initials in blue ink]*

----- Antes da discussão, foi apresentado um Requerimento à Mesa, pelo Senhor Deputado **MANUEL CRISTÓVÃO MARTINS DE SÁ PIMENTA (doc. dezassete)**, que colocado à admissão foi **admitido por unanimidade**. -----

----- Não se registaram inscrições para discussão. -----

----- Colocado a votação foi **rejeitado por maioria com 24 (vinte e quatro) votos contra, sendo: vinte e dois (22) da Coligação "Maia em Primeiro" e dois (2) dos Presidentes das Junta de Freguesia de Milheirós e Águas Santas; registaram-se dezoito (18) votos a favor, sendo treze (13) da Coligação "Um Novo Começo", uma (1) da Senhora Deputada Maria Clara da Costa Lemos, dois (2) da CDU e dois (2) do BE**. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha estava ausente da sala no momento desta votação. -----

----- Inscreveu-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

**MANUEL ALFREDO DA ROCHA MAIA** tomou a palavra e leu o documento identificado com o número **dezoito**. -----

**RUI LEANDRO ALVES DA COSTA MAIA** começou a sua intervenção dizendo que como o tempo era curto, iria fazer algumas apreciações sobre este assunto, e com objetividade sublinhar aquilo que era uma vergonha estarem no quarto ano deste mandato e não se cumprisse o estatuto do direito da oposição. Estava no documento que os Senhores da Coligação "Um Novo Começo" tinham deixado e que tinham ficado anexo ao conjunto de documentos que estavam agora a discutir. Mais confessou que no início deste mandato, quando ouviu o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizer que acreditada nas virtudes da democracia, pensou que teriam Presidente e que a democracia iria funcionar, sendo diferente do que tinha sido até ali, pois tinha sido sempre muito mau. Mas a verdade era que a forma como este documento dava a introdução a conhecer um conjunto de coisas, deixava-o pouco animado desanimado em relação ao futuro da Maia, se o Senhor Presidente continuasse a governar. A introdução deste documento estava carregada de erros e inverdades, aliás, não se tinha limitado ao documento, tendo feito também um conjunto de considerandos públicos, em jornais de tiragem nacional, que estão carregados de inverdades porque o processo judicial ainda não estava acabado e não havia qualquer litigância individual ou um conjunto de pessoas em relação à Câmara nem ao Senhor Presidente. O que havia era uma expressão externa, determinada pela Autoridade Tributária, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e julgado pelos



Tribunais, tendo depois havido uma decisão do Supremo relativamente à perda de mandato. Solicitou um comentário ao Senhor Presidente da Câmara, se assim o entendesse dar, mas de uma forma urbana. -----

**CÂNDIDO JOAQUIM GRAÇA** tomou a palavra e referiu que o orçamento para 2021 e as Grandes Opções de Plano que agora estavam a discutir, era um documento elaborado com rigor, com objetividade e também arrojado. Convinha não esquecer que ia-se ter um ano de 2021, a sair de uma pandemia, onde os problemas económicos e sociais iriam continuar na ordem do dia e este orçamento também tinha sido elaborado com esse pensamento, tratando-se de um documento que determinava as orientações que o Executivo pretendia pôr em prática para gerir o Município de uma forma rigorosa, equilibrada e onde constatava a importância das preocupações do Executivo. Quanto à conciliação das finanças do Município, cuja sustentabilidade financeira era e continuaria a ser um dos objetivos, tal como tinha acontecido nos anos anteriores, a preocupação principal deste executivo continuava a ser o bem-estar dos maiatos fundamentalmente, os que mais necessitavam de apoio social e nesta área, os valores inscritos nas Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2021, eram iniciativas com cerca de 44% do total do plano afetados as ações sociais. Este documento mostrava bem a ação política do Executivo e da Coligação "Maia em Primeiro", e que em primeiro estavam sempre as pessoas. O lema que tinham seguido ao longo dos anos em que tinham liderado o Executivo da Câmara Municipal e por continuarem a preocuparem-se com os maiatos, que neste período de pandemia tinha originado. Privilegiavam a despesa nas áreas sociais sacrificando, por vezes o investimento público autárquico. Era preferível investir na alimentação para as crianças nas escolas, do que tapar alguns buracos que existiam junto dessas mesmas escolas. Esta atitude por parte do Executivo era motivo de orgulho, mas como era óbvio, o orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2021, não se resumiam apenas às funções sociais. A preocupação do Executivo era ajustar e corrigir as ações, por forma a que a sustentabilidade do equilíbrio das finanças da Autarquia, não fosse uma falácia, mas antes uma realidade da qual se orgulhavam. Aliás, via-se o que o Executivo tinha vindo a fazer, todos sabiam do esforço que tinha sido feito pelo Executivo quanto à redução da dívida do Município. E se tivessem em conta os números propagandeados pela oposição, no início do mandato, este Executivo que cometera a fantástica proeza no final deste mandato ou seja em três anos, reduzir a dívida em



mais de uma centena de um milhões de euros. Disse estar a comparar com aquilo que foi propagandeado pela Coligação "Um Novo Começo", reduziu a dívida em mais de uma centena de 1 milhões de euros. Disse terem consciência das dificuldades do Executivo em manter o nível de receitas para poderem concretizar algumas despesas de capital, mas sabiam que não dependia da Autarquia a revitalização da economia que quase estava de portas fechadas, o que continuava a prejudicar e a afetar as principais receitas, como sendo o IMT e outras receitas fiscais. Podiam dizer que na Maia, grandes investimentos que tinham sido feitos no passado tinham de alguma forma a sua vida facilitada, pior seria se ainda estivessem com carências básicas ao nível do investimento, de estruturas de educação, saúde, desporto, equipamento sociais e outros. Mas, felizmente para os maiatos, a Maia era um Concelho que investiu bem e a tempo. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, como tinha dito, para a Coligação "Maia em Primeiro", primeiro eram sempre as pessoas, e este orçamento era prova disso mesmo. O orçamento para o ano 2021 assumia o valor global de pouco mais de cento e seis milhões de euros. Entendiam que era um orçamento que iria relançar e dinamizar a economia local, iria permitir continuar com a reabilitação urbana, nomeadamente na habitação social inscritos no orçamento. Quase quarenta e sete milhões de euros eram para as funções sociais onde se destacam dez milhões de euros para a Educação, dois milhões para a saúde e quinze milhões para a habitação, ambiente e serviços coletivos. Para as funções económicas estavam direcionados 31% do orçamento, onde destacavam dez ponto dois milhões de euros para a mobilidade sustentável e mais de onze milhões e meio de euros para a rede viária. Quanto à receita, podiam constatar que a mesma provinha maioritariamente da receita fiscal, que continuava a ser muito importante para o Município, e, das transferências correntes, um dado importante que tiravam deste orçamento e que demonstrava a boa gestão deste Executivo era o facto da despesa capital suportarem cerca de 10% pela poupança corrente. Era neste contexto e com este sentimento por parte dos autarcas da Coligação "Maia em Primeiro", que continuavam a gerir e a servir a Maia e os maiatos, tendo orgulho no passado. Queriam continuar a ter o mesmo no futuro. Dirigiu-se ao Senhor presidente da Câmara da Maia dizendo que confiavam nele para gerir este Concelho e iriam renovar essa confiança no próximo ano. Os maiatos acreditavam e esperavam do Senhor Presidente que, com a sua humildade, com o seu rigor, com a sua experiência e com o seu sentimento de proximidade com todos,



continuasse a fazer deste Concelho, um Concelho de referência, e por tudo isto votariam favoravelmente. -----

**ALBERTO CARLOS PIRES DOS REIS E SANTOS**, tomou a palavra e leu o documento identificado com o numero **dezanove**. -----

**FERNANDO MIGUEL FERREIRA DOS SANTOS** deu nota que após uma análise exaustiva deste documento era com muito agrado que via elencadas algumas rubricas de investimentos vitais para a sua Freguesia. Passados três anos, contava já executadas algumas obras e não foi assim, via com bastante agrado a manutenção de outras já antigas, a comparticipação da Câmara Municipal para com a obra do cemitério, a beneficiação do Complexo Municipal de Águas Santas , e via também a implementação de outras, como a requalificação do parque polidesportivo da Escola Básica dos Moutidos, o arranjo paisagístico na Quinta da Caverneira, a implantação de ciclovias e também a manutenção da rubrica afeta à construção da nova acessibilidade à Junta de Freguesia de Águas Santas. Mais deu nota que alguns destes assuntos foram solicitados por si, nestes últimos três anos, e outros eram imperativos da Freguesia e que a Câmara muito bem e atenta às necessidades, foi contemplando no orçamento. Disse, que gostaria de dizer ao Senhor Presidente que, após todas as reuniões que tiveram, também após o esclarecimento ali prestado, e com um sentido de compromisso assumido por parte do Senhor Presidente, votou favoravelmente. --

**HÉLDER TIAGO FERREIRA QUINTAS DE OLIVEIRA**, tomou a palavra e leu o documento identificado com o número **vinte**. -----

**IVO MANUEL DA COSTA PINHEIRO**, tomou a palavra e leu o documento identificado com o número **vinte e um**. -----

**PAULO SÉRGIO FERNANDES DA ROCHA** tomou a palavra e leu o documento identificado com o número **vinte e dois**. -----

**ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA** prescindiu do uso da palavra. --

**MANUEL ALFREDO DA ROCHA MAIA** interveio, dando nota que o grupo municipal da CDU tinha formulado um conjunto de perguntas, de pedidos de esclarecimentos relativamente às discrepâncias que foram identificadas e que do ponto de vista da CDU, tornavam impossível aprovar este orçamento nos termos em que o mesmo era apresentado. Pediu que o ponto fosse retirado, que fosse com urgência convocado o Executivo Municipal para corrigir as incongruências identificadas, havendo tempo para na próxima sessão voltar a este ponto. -----



*[Handwritten signatures in blue ink]*

**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO**, esclareceu que a Câmara Municipal tinha aprovado o orçamento, as perguntas feitas pela CDU tinham uma importância relativa, mas que poderia prestar esclarecimento noutra altura e quanto à justeza dos números, eram os que estavam no documento. -----

----- Colocado a votação **foi aprovado por maioria, com vinte e cinco (25) votos a favor, sendo: vinte e dois (22) da Coligação "Maia em Primeiro", e três (3) dos Presidentes da Junta de Freguesia de Milheirós, Águas Santas e Vila Nova da Telha; registaram-se dezoito (18) votos contra, sendo: treze (13) da Coligação "Um Novo Começo", dois (2) da CDU, dois (2) do BE e um (1) da Senhora Deputada Maria Clara da Costa Lemos.** -----

**MANUEL ALFREDO DA ROCHA MAIA** fez a seguinte declaração: "Declaração de Voto de Vencido da CDU com o fundamento nas questões suscitadas na nossa intervenção relativamente às discrepâncias de valores inscritos nas GOP e no Plano de Atividades Mais Relevantes" -----

**MANUEL CRISTÓVÃO MARTINS DE SÁ PIMENTA** fez a seguinte declaração: "O Bloco de Esquerda declara voto de vencido baseado nos argumentos já anteriormente apresentados relativamente ao não cumprimento do estatuto do direito de oposição".

### **3.3 PPI, PAM e Orçamento 2021 SMAS:** -----

Inscreveram-se e usaram da palavra os (as) Senhores (as) Deputados (as): -----

**CARLA SUSANA FERNANDES RIBEIRO tomou** a palavra e leu o documento identificado com o número **vinte e três.** -----

**CRISTIANA MARIA MONTEIRO CARVALHO** tomou a palavra cumprimentando todos os presentes, e começou por dizer que ao analisarem toda a documentação que tinha sido disponibilizada relativamente ao ponto que estavam a debater, os Deputados da Coligação "Um Novo Começo", estavam solidários com a tomada de posição dos Senhores Vereadores da mesma Coligação, em sede de reunião do Executivo. Era inaceitável, que o Executivo, liderado por uma maioria PSD/CDS, continuasse a manter uma postura de total desprezo pelas mais elementares normas da democracia, transformando a Maia numa espécie de faroeste, gerindo de forma autocrática e sem que seja permitido o livre exercício da oposição democrática. A Coligação "Um Novo Começo" votou contra os documentos dos SMEAS, nesta



Asssembleia, em anos anteriores e este ano, votaria contra novamente. A postura da Coligação "Um Novo Começo" era clara e tinha sido assim ao longo dos tempos, não só em relação aqueles documentos, como a muitos outros, que foram enviados para votação por parte do Executivo Municipal. Salientou que a questão era como poderiam votar favoravelmente um documento se não tinham dados/esclarecimentos, se não tinham documentos claros e objetivos. Mais questionou como poderiam votar favoravelmente documentos quando viam que eram solicitados esclarecimentos e documentos complementares que não eram entregues. A Coligação "Um Novo Começo" já tinha abordado anteriormente nesta Assembleia o evidente desrespeito pelo estatuto do direito de oposição, tendo inclusivamente solicitado ao Senhor Presidente da Mesa que diligenciasse junto do Executivo Municipal no sentido de ser elaborado o relatório de observância do direito de oposição, tal como era estipulado por lei. Contudo, até agora não foi obtida qualquer resposta, impondo-se a pergunta: perante esta clara inoperância seria que teriam que recorrer às autoridades nacionais, fazendo uma exposição para que os direitos de oposição fossem respeitados na Maia? Seria necessário chegar a este ponto para que a lei e a Constituição da República Portuguesa fôssem cumpridas na Câmara Municipal da Maia. Salientou que a Assembleia Municipal tinha a competência de fiscalizar o Executivo e os Deputados da Coligação "Um Novo Começo" estavam perfeitamente conscientes do seu papel e das responsabilidades inerentes à posição que ocupavam. Mais deu nota que não era competência desta Assembleia passar cheques em branco ao Executivo, sublinhando que não contavam nem contariam com a Coligação "Um Novo Começo" para bater palmas às ações ocas e sem substância que mais não serviam para mascarar a inércia do Executivo. Mais acrescentou que os maiatos podiam contar com esta Coligação, como sempre puderam, para um trabalho sério, transparente e capaz de levar a Maia para o século XXI e de transformar a Maia de todos os maiatos e não apenas de alguns. -----

**JOSÉ PAULO RODRIGUES CERQUEIRA**, tomou a palavra e leu o documento identificado com o número **vinte e quatro**. -----

----- Colocado a votação foi **aprovado por maioria, com vinte quatro (24) votos a favor, sendo: vinte e dois (22) da Coligação "Maia em Primeiro", e dois (2) dos Presidentes da Junta de Freguesia de Milheirós e Vila Nova da Telha; registaram-se quinze (15) votos contra, sendo: treze (13) da Coligação "Um Novo Começo" e**



**dois (2) do BE. Registaram-se quatro (4) abstenções da CDU, da Senhora Deputado Maria Clara da Costa Lemos e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas.** -----

----- Dado o adiantado da hora a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a sessão por terminada e os restantes pontos serão discutidos e aprovados na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

----- E sendo zero horas e cinquenta e seis minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e vinte, foi dada por encerrada a sessão, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa: Presidente da Mesa António Gonçalves Bragança Fernandes, pela 1.ª Secretária Márcia Isabel Duarte Passos Resende, e pela 2.ª Secretária Susana Filipa Coelho Rafael. -----

O Presidente:

A 1.ª Secretária:

A 2.ª Secretária: